



Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia

ISSN: 1415-0549

revistadafamecos@pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Brasil

Maffesoli, Michel
Ecosofia: sabedoria da Casa Comum
Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, vol. 24, núm. 1, enero-abril, 2017
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=495553930013>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica
Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso abierto

Ecosofia: sabedoria da Casa Comum

Ecosophy: Wisdom Common Home

Michel Maffesoli

Professor Emérito da Sorbonne – Université René Descartes Paris V.

<michel@maffesoli.org>

Tradução: Simone Ceré <simonecere@gmail.com>

RESUMO

Pensar a pós-modernidade, em certo sentido, significa pensar as transformações das leituras sobre a relação do intelecto, que olha o mundo de fora, com o cotidiano, onde tudo é vivido como intensidade imediata. Retorno da potência selvagem. Potência que vem de longe e reencontra nova vitalidade nas práticas juvenis, nos agrupamentos esportivos, nas histerias musicais e outras aglomerações religiosas. Através de todos esses fenômenos, é a selvageria da natureza que se exprime. Atitudes radicais, ou seja, que retomam relações com essas raízes profundas que constituem a cadeia sem fim que liga um século a outro. Cadeia que o progressismo acreditara romper.

Palavras-chave: Pós-modernidade. Tribalismo. Socialidade.

ABSTRACT

Thinking about postmodernity, in a sense, means thinking the transformations of the readings on the relationship between intellect, which looks at the world from the outside, and daily life, where everything is lived as immediate intensity. The return of wild power. Power that comes from far away and finds new vitality in youth practices, in sports groupings, in the musical histerias and other religious gatherings. Through all these phenomena the wildness of nature is expressed. Radical attitudes which resume relationship with these deep roots that constitute the endless chain which connects one century to another. A chain that progressivism believed to have broken.

Keywords: Postmodernity. Tribalism. Sociality.

Muitas vezes disse que em período de mutação era essencial encontrar as palavras menos falsas possíveis. Palavras essenciais que podem tornar-se fundadoras. Ou seja, palavras que descrevem o que advém. Tanto assim que o verdadeiro falar, ou o puro falar, é primeiramente uma escuta. Escuta do advento daquilo que aí está. Desta forma, Fernando Pessoa definia a “sociologia das profundezas”, capaz de exprimir, de dar forma, ao que, vindo de muito longe, fala através de nós.

Em vez de se lamentar, e consciente do vitalismo ambiente, é tempo de produzir um novo *Discurso do Método*, que seja um esclarecimento retrospectivo. Ou seja, que saiba retroceder do derivado ao essencial. Compreender o primeiro à luz do segundo. Assim será possível, em seu sentido etimológico e em seu sentido total, *compreender* a metamorfose em curso. Esta nos fazendo passar de um *progressismo* (que foi potente, competitivo, mas que se tornou algo enfermiço) a uma *progressividade* que reinveste nos *arcaísmos*: povo, território, natureza, sentimentos, impulsos... que acreditáramos ultrapassar.

Trata-se da *invaginação* do sentido. Retorno à essencial natureza das coisas. O que, mais justamente, o economista e sociólogo Vilfredo Pareto denominava “resíduo”. De *natura rerum*, natureza das coisas feita de interdependência e correspondência. De convivência também, não se contentando com o *não*, que acabo de dizer repulsivo, mas sabendo dizer *sim* a uma existência que, sabendo-se impregnada de finitude, não é menos vivida enquanto tal, desejada enquanto tal.

A finitude é trágica e se exprime na crueldade, mas pode haver uma forma de jubilação na aceitação dessas características próprias da natureza humana. Não é isso que se vai reencontrar na arte contemporânea, nas músicas juvenis, nas coreografias e performances pós-modernas? Disso Pina Bausch ou Merce Cunningham eram as testemunhas mais marcantes. Em cada um desses casos, como foi em épocas similares, o “teatro da crueldade” está junto da aceitação *daquilo que existe*, e se dedica a lhe fazer dar o melhor de si mesmo.

Há na natureza uma aceitação daquilo que existe. É tal *aceitação*, atitude *afirmativa* quando ocorre, que lhe dá sua dimensão trágica. Antes de esperar (fé, esperança, utopia, crenças) a perfeição no mundo invisível da religião ou da política, o retorno do natural se adapta a este mundo, serve-se de tudo o que o constitui, ajusta-se tanto bem quanto mal ao que existe.

A natureza trágica não é mais negação do pecado, do mal, da imperfeição. Enfim, não é mais denegação de todos esses ingredientes que nos constituem, mas sim aceitação do claro-escuro da existência. A natureza assim compreendida substitui a *perfeição* pela *completude*. Para tomar apenas dois exemplos aparentemente opostos, mas de um ponto de vista hermenêutico muito próximos, esta completude se exprime na falta assumida, talvez mesmo desejada, da cerâmica japonesa, ou no mal cantado pelo *bad boy* Eminem, e mesmo no Diabo celebrado pela música *gótica*.

Em cada um desses casos, e se poderia à saciedade multiplicar os exemplos, o que está em jogo é uma forma de acordo com o ser do mundo em sua realidade múltipla. Não mais o progresso, explicando a imperfeição, suprimindo as dobras do ser, mas o *progressivo* implicando-o. Ou seja, aceitando suas dobras. Um *sim*, de fato, ao que existe. Eis o fundamento, inconsciente, da sensibilidade ecológica. Aceitação das voltas e desvios, labirintos e corredores mal-iluminados de todas as peças escuras e desordenadas da casa (*oikos*) individual ou comum. Talvez seja isso que a mística, como a da grande Teresa d'Ávila, chama de *moradias* (*moradas*) do castelo da alma. Estamos no coração da ecosofia!

É esta progressividade natural que o progressismo moderno tem dificuldade em aceitar. De fato, não é fácil assimilar aquilo que Rimbaud nomeava nossa “antiga selvageria”. Para retomar uma distinção que propus no começo de meu raciocínio: o selvagem é uma expressão da *potência* nativa, primordial, societal, que o *poder* social, econômico, político, empenhou-se em suprimir.

É o que Michel Foucault denominará “domesticação” que caracteriza as instituições modernas; é o que Norbert Elias chamará de *curialização* dos costumes própria da *dinâmica do Ocidente*. Em cada um desses casos, o empenho, através da educação e de uma organização puramente racional do estar-junto, ou ainda do utilitarismo próprio da economia moderna, para eliminar os afetos, os impulsos, os sentimentos fundamentais do animal humano. Este, a princípio sob o olhar de um Deus dominador, passou, em seguida, ao controle de um Estado não menos onisciente. Nos dois casos, a verticalidade da razão soberana era o fundamento da vida social.

Mas eis que o ponto de inversão ao qual fiz referência anuncia o retorno da *potência* selvagem. Potência que vem de longe e reencontra nova vitalidade nas práticas juvenis, nos agrupamentos esportivos, nas histerias musicais e outras aglomerações religiosas. Através de todos esses fenômenos, é a selvageria da natureza que se exprime. Atitudes radicais, ou seja, que retomam relações com essas *raízes* profundas que constituem a cadeia sem fim que liga um século a outro. Cadeia que o progressismo acreditara romper: o século XX que era, não esqueçamos, o triunfo daquilo que Karl Marx celebrava como sendo *Prometeu libertado!*

Esta figura está sendo substituída pela de Dioniso. Deus ctoniano, deus desta terra, deus *autóctone*. Arquétipo da sensibilidade ecológica, Dioniso tem terra nos pés. Sabe desfrutar do que se apresenta e dos frutos oferecidos por este mundo, aqui e agora. Pôde-se qualificar esta figura emblemática de *divindade arbustiva*. Um deus enraizado!

Eis um curioso paradoxo. Os deuses não são uranianos voltados ao divino e ao céu das ideias? Afastados deste mundo e de seus prazeres? Trata-se aqui de um símbolo instrutivo. Metáfora que permite esclarecer inúmeros fenômenos da sociedade pós-moderna. Há no gozo do presente, próprio do hedonismo *mundano*, alguma coisa que liga a um passado ancestral, a uma memória imemorial. Em seu sentido estrito uma *ordem tradicional*. É o historiador Philippe Ariès quem lembrava que o passado é a “pedra do nosso presente” (Ariès, 1980, p. 36). Seria possível prosseguir assinalando que o presente é apenas a cristalização do passado e do futuro. A intensidade (*in tendere*) vivida agora se origina naquilo que é anterior, e permite que se desenvolva uma energia

futura. Cadeia do tempo. Enraizamento dinâmico. Aquilo que, ao contrário do antropocentrismo, chama a atenção para o que no homem *ultrapassa o homem*. Assim Pascal definia o famoso “caniço pensante”, do qual se negligenciou o fato de que, mesmo *pensante*, não é menos *caniço*. Pode-se dizer que ele só pode pensar se lembrando de suas raízes. Outra maneira de evocar a estrutural comunhão com a natureza.

Reencontra-se aqui o animismo de longa memória. Um paganismo que assume forma contemporânea. A *deep ecology* poderia ser sua versão paroxista. *Paganus*. Há, de fato, algo de pagão no sucesso dos produtos *bio* e no recrudescimento do apego aos diversos valores ligados ao local, ao território e outras formas espaciais. O presente é tempo que se cristaliza em espaço, que não projeta mais o divino no além, mas, ao contrário, o insere no terreno.

Por isso, em oposição ao *progressismo*, a especificidade do *progressivo*. Aquele destaca o poder do fazer, da ação brutal e do desenvolvimento sem freio das forças prometeicas. Este, ao contrário, se liga a mover do interior, a produzir uma potência natural. Ainda Prometeu e Dioniso! Trata-se aqui de figuras espirituais, mas são também símbolos operatórios, já que permitem ver, sob um novo dia, uma vida cotidiana em que o *bem-estar* não é nada em comparação ao *melhor-ser*. Vida comum na qual, no ritmo dos *trabalhos e dos dias*, o qualitativo encontra um lugar primordial. Qualidade de vida. Expressão um pouco genérica, mas que define bem o espírito do tempo.

É o que nos indica o filósofo: “A lei secreta da terra conserva esta na moderação que se contenta com o nascimento e a morte de todas as coisas no círculo determinado do possível” (Heidegger, 1958, p. 113). Sabedoria da moderação proveniente da aceitação trágica de um presente que se pressente precário e que, em consequência, necessita de intensidade. Prazer de ser a partir do ser das coisas. É o que parece em jogo na socialidade própria da *progressividade* contemporânea. Mas só se pode apreciá-la bem, quando se sabe fazer a genealogia do mito do Progresso, que, encontrando sua fonte na cultura judaico-cristã, se desenvolve na época moderna. *Dominar e controlar a natureza*, tal será o leitmotiv lancinante constitutivo da modernidade. Origem bíblica, legitimação filosófica com Descartes e os filósofos iluministas, apogeu nos grandes sistemas sociais do século XIX, o marxismo sendo sua forma acabada, tal é o processo inelutável que, em dois mil anos, conduzirá a esta *devastação do mundo*. A natureza não sendo mais uma parceira com a qual se pode jogar, parceira que convém respeitar, mas sim um objeto explorável, sem pudor, que se pode violar à saciedade.

Dominar, controlar, possuir, se retomamos as ocorrências cartesianas, constituem, desde então, o inconsciente coletivo moderno. Aliás se poderia dizer “burguesa”, tanto se encontra no capitalismo e no socialismo. O denominador comum de tudo isso é que tudo (natureza e social) se torna manipulável, manobrável. Ou seja, tudo está à mão, sob a mão. A mão do homem (voltarei, em breve, a este último) retoma o gesto criador divino. A *Criação de Adão* no afresco de Michelangelo da capela Sistina no Vaticano o comprova, Deus todo-poderoso passa, da ponta do dedo, ao homem o posto para criar, *ex nihilo*, a partir do vazio sideral, informe, aquilo que será a *forma* natural e humana. Nesse dedo do homem que substitui o dedo de Deus, há o resumo simbólico daquilo que vai tornar-se a utilização violenta da natureza. O homem criador deve, por seu gesto, em sua história, dominar, tornar real, o que é elementar: os elementos (água, fogo, ar, terra) da natureza. Tal gesto é que vai constituir a realidade. Desde então, só é real o que foi criado, o que é contável, o que serve a alguma coisa. Enfim, tudo se inscreve no uso.

Mesmo o velho Marx (surpreenderíamos mais de um dizendo-lhes que são marxistas e não o sabem), criticando o valor de troca, pretendia valorizar o valor de *uso*, exprimindo bem seu prometeísmo libertado. Só vale aquilo que serve! Tal poderia ser o adágio que, sub-repticiamente, será aplicado às relações com a natureza ao redor, depois às relações constitutivas do mundo social. Natureza e social submetidos ao equipamento tecnocrático que, como um arreamento para animal, será adotado para submeter, domesticar, tornar úteis as energias naturais e as pulsões instintuais humanas.

Heidegger, ao longo de sua obra, se dedicou a pensar, em profundidade, tal dominação que leva, para retomar sua expressão, à “devastação do mundo” (Heidegger, 1990, p. 19). Ele mostra bem em que tal uso sem freio torna-se *usura* incontrolável. Tudo é empregado, destinado, preparado para ser utilizável e utilizado. *Resiliência absoluta* (*Bestelbarkeit*) tal poderia ser a definição de uma sociedade de consumo em que a ruptura, a alienação, não é simplesmente econômica, mas engloba a totalidade do ser em suas modulações naturais e sociais, coletivas e individuais.

Não quero aqui deixar de fazer referência à (bela) cantata de J.-S. Bach: “*Bestelle dein Haus*”. Mesmo o foro íntimo, a alma de todos, se inscreve em tal *preparação*. Preparar quer dizer conduzir à perfeição para a vinda do Cristo, ou ser consagrado à mercadoria, não muda nada. Há em cada um desses casos a ideia de controle, de dominação de si e do mundo. Mesma ideia da submissão dos instintos, dos impulsos, enfim, da natureza ao *equipamento*, a sujeição, a dominação, em vista do uso, da utilidade e da eficácia.

Um pequeno apólogo tomado emprestado do *Fausto* de Goethe resumiria bem este propósito. O protagonista está em seu gabinete de estudo. Passa em revista os livros lidos e as disciplinas seguidas. Marca sua insatisfação diante deles. Põe-se a folhear a Bíblia e chega ao Evangelho de João em que está indicado: “No começo, era o Verbo...” (João, 1,1). Goethe, de maneira premonitória, impõe ao texto evangélico uma inversão rica de sentido: “[...] não, no começo é ação (*die Tat*)”. Tem-se aqui, em resumo e simbolicamente, aquilo que será o papel do *fazer* e do produtivismo na natureza e no social: manobrá-los ao extremo de maneira agressiva. Em alemão, *Fausto* não significa punho?

A arte testemunha, em particular sob suas formas pictóricas e esculturais: o Ocidente é fascinado pela ação. Assim, o dedo, a mão, mesmo o punho que acabo de referir, apresentam uma teoria ontoteológica do gesto. Do dedo divino ao punho do homem, inúmeras são as ilustrações que sublinham o revezamento em vista de dominar a natureza. A partir de determinado momento, portanto, o dedo criador do Deus todo-poderoso deixará o lugar para a mão do homem. E a técnica (recordemo-nos, aqui, de Bergson) será apenas o prolongamento desta mão. Esta é uma forma simbólica forte; é a figura emblemática de um real reduzido à medida do homem. Estamos aqui em um plano no qual há apenas humanidade. E certa concepção de humanismo, aquela que prevalece durante a modernidade, vai se fundar na primazia do homem que esquece seus aspectos naturais e a animalidade que é o seu corolário.

E como em eco ao homem *mestre e possuidor* de Descartes, recordemo-nos desta fórmula do *Cinna* de Corneille: “[...] Sou mestre de mim como do universo, eu o sou, eu quero sê-lo e o serei ainda...” (Corneille, 1641, v. 3). Máxima de vivacidade, repetida por gerações de colegiais, e que cristaliza bem o espírito da modernidade. Dominar ao mesmo tempo seus instintos e o mundo inteiro. O homem se realiza apenas quando e se conseguiu submeter o natural em si e ao seu redor. A formação do homem ocidental, pelo ponto de vista da educação da organização racional das instituições do contrato social, consiste em *tirar (educare)* da barbárie para a civilidade, da animalidade para a humanidade. Instituições, estados-nação, Estado de direito repousam sobre tal pulsão *educativa*. Sob o risco, como é sempre o caso quando um *modus operandi* se torna monovalente, mesmo monomaníaco, de atingir seu contrário. Efeito perverso (*hétérotélie*). No caso, a denegação da animalidade que termina na bestialidade não é o que pede esta civilização moderna sofisticada ao máximo, em que a ideologia do risco zero produz os *serial killers*, a insegurança cotidiana, os jogos de estrangulamento nas aulas, os rachas no perímetro de nossas cidades e outros tsunamis reais ou metafóricos, naturais ou sociais?

Isso pode parecer paradoxal, mas trata-se aqui da resultante inelutável do homem *medida de todas as coisas* que tem tudo à sua mão, que calcula e explica a natureza, a partir de tais premissas. Progressivamente, este *animal racional* (*zoon logon ekon*) vai esquecer o primeiro termo da expressão para acentuar o segundo. Daí este *pensamento calculante* que vai prevalecer. Estamos, aqui, no coração pulsante da modernidade. Este cálculo é a causa e o efeito da invenção do indivíduo, assim como do individualismo epistemológico ou metodológico que lhe serve de racionalização teórica. *Invenção* filosófica com o *ego cogito ergo sum* cartesiano que fecha todos na fortaleza de seu espírito. *Invenção* religiosa com a Reforma protestante. *A sola scriptura*, a Escritura única fundamento da fé, que deixa ao indivíduo a capacidade de interpretar e, portanto, de entrar em contato com seu Deus. *Invenção* política com os pensadores iluministas. Por exemplo, Jean-Jacques Rousseau, para quem um *Emílio* acabado é um indivíduo *autônomo*. *Stricto sensu* que é sua própria lei. A partir daí, pode se associar a outros indivíduos autônomos para elaborar, racionalmente, o Contrato social. É tal indivíduo-indivisível, que se reduz a uma identidade sexual, ideológica, profissional, que será o pivô essencial da modernidade. *The whole man must move at once*. Em totalidade, vai se opor à natureza. Ou, mais exatamente, vai construí-la à sua imagem. Recordemo-nos: do dedo divino à mão do homem. Da criação à construção. Não se insistirá jamais o suficiente sobre tal cadeia semântica: construir, construção, construtivismo. O construído é isso mesmo que vai se opor ao dado. O indivíduo sendo o vetor de tal processo.

É comum, para os espíritos apressados ou superficiais, falar do individualismo contemporâneo. Este suposto *individualismo* é um termo genérico, uma palavra de ligação. Um suspiro em uma melodia monótona. Para os espíritos avisados, ao contrário, assiste-se à fragmentação da fortaleza individual. Pensa-se, age-se, fala-se pelo outro. É a *tribo* que faz de mim o que sou, que me impõe códigos, modos de vestir, práticas languageiras. As *Leis da Imitação* (Tarde) tendem a se generalizar. O institucional está na ordem do dia. Tinha, a seu tempo, falado da “pessoa plural” (Maffesoli, 1979), dissimulada, ingênua, e, por esta duplicidade, aberta ao mundo natural.

Sejamos lúcidos. Ultrapassemos os conformismos de pensamento e as facilidades da *doxa* intelectual. O indivíduo e o individualismo são categorias próprias não da pós-modernidade nascente, mas sim da modernidade decadente. São mesmo as pedras angulares da construção social que, a partir da filosofia do século XVII, vai se revigorar no Contrato social do século XVIII e se afirmar nos sistemas sociais do XIX. Este último o apogeu da modernidade. Pois, em seguida, esse *indivíduo* contratante vai sobreviver, algumas décadas

no século XX, para se acabar com a *pessoa* protagonista dos diversos pactos (societal, ecológico, afetual) da pós-modernidade.

Mas fiquemos, por ora, no indivíduo racional moderno (e, portanto, em via de ultrapassagem). Ele é a peça principal desse subjetivismo que é necessário compreender, não em seu sentido psicológico, mas sim antropológico ou societal. O sujeito que domina o objeto por meio deste *pensamento calculante* que repousa na verdadeira lógica da dominação. Subjetivismo que, ainda que não seja consciente, permanece o princípio e o fim de inúmeros observadores sociais e decididores de todo tipo. É este subjetivismo que, a partir do Iluminismo, serviu de fundamento para os diversos sonhos de emancipação. E que se mantém, sob forma encantatória, neste psitacismo, esta repetição mecânica de fórmulas vazias que substituem a análise. É este subjetivismo que, tal qual a *mosca da carruagem*¹, acreditou fazer avançar a máquina, e conseguiu apenas precipitá-la no barranco. Tanto é verdade que, quando olhamos no tempo as histórias humanas, os sonhos mais generosos se transformam em sórdidos pesadelos. É talvez se fixando muito na razão soberana que o sonho de emancipação, diante das *cadeias*, natural, se tornou pesadelo.

Baudelaire, em algum lugar, diz de Deus que ele é o *maior dos paranoicos*. A brincadeira merece atenção. Dominando bem seu grego, o poeta pensava na sua etimologia: pensamento dominante, pensar pelo alto. Em uma palavra, aproximação totalitária da realidade. É bem isso que estava na origem do ato criador. E é tal paranoia que vamos encontrar no *animal racional* que, como indiquei, vai tomar o posto. No racionalismo que se impõe, a partir do século XVIII, o que era apenas um dos múltiplos parâmetros humanos torna-se o único considerável e utilizável. Sistema totalizante e totalitário. Na genealogia que envolve a devastação do mundo, o racionalismo (talvez fosse melhor dizer o racionalismo mórbido) ocupa um lugar de escolha. De fato, é este *ego cogito*, este indivíduo como centro (fortaleza) único de referência que vai, pela *representação*, pôr o mundo à distância. As concepções de mundo fazem deste último uma imagem intelectual, uma imagem cognitiva. Aqui ainda algo construído.

O mundo não existe mais enquanto tal, mas sim enquanto representado. Daí a despoetização, a desmagificação, o “desencantamento do mundo” (Weber). Assim, a catedral será, cientificamente, classificada na rubrica mineralogia. E se esquecerá certamente que existe uma estrutura de pedras, mas que é também

1 Expressão originária da fábula de Jean de la Fontaine “O coche e a mosca”, *la mouche du coche* designa alguém que se agita muito sem prestar reais serviços ou que é solícito inutilmente. (N.T.)

um lugar de orações, de emoções individuais e coletivas. Que foi um lugar de troca de todas as ordens: bens, afetos, ideias. Que em seu espaço celebravam-se os mistérios, momentos de intensa comunhão, vetores de socialidade. Para deixar escapar a metáfora, o mesmo se dá com o rio. Certamente, é possível se contentar com uma análise hidráulica e representações científicas que a acompanham. Mas o rio remete igualmente às alegrias insignificantes dos pescadores, aos devaneios do poeta ou às lembranças dos apaixonados que caminharam por suas ribanceiras.

Reduzindo a natureza a uma representação construída pelo indivíduo *consciente*, o racionalismo tende a submeter a vida, a “abstratizá-la”, a desconectá-la do sensível. Paradoxo, o materialismo torna-se pura ideologia. É assim, como bem pôde ser analisado nos anos 1960, que a representação se torna puro espetáculo. Não é por nada, aliás, que o principal teórico de tal processo de abstração, Guy Ernest Debord, desenvolverá, até o fim de sua vida, uma análise crítica e, à sua maneira, aguda das pilhagens ecológicas correlativas à *sociedade do espetáculo*.

O racionalismo fará da representação a realidade. Por aí, destrói toda convivência, toda participação, toda *correspondência* poética com as coisas, naturais ou sociais. A representação é causa e efeito da distância, da separação, da gregária solidão que caracteriza a modernidade decadente. Por um instrutivo paradoxo, a representação se transforma em coisa esclerosada, rigidificada, sem vida. Pode-se aproximar isso daquilo que o jurista Hans Kelsen criticava nas instituições construídas racionalmente, que se tornam puras *ficções da representação*. Não é mais o povo, mas o Estado que é representado (Kelsen, 1932, p. 37-38). Estado desconectado que, desde então, não tem mais autoridade. Ou seja, não sabe mais fazer crescer (*autoritas*) aqueles dos quais se supõe ser o responsável.

Do mesmo modo, o racionalismo representativo, aquele que substitui a coisa pela representação, está na origem de um mundo social e natural, tornado estrangeiro àqueles que deveriam nele viver e dele ser protagonistas essenciais. Curioso fenômeno: a construção que leva à destruição, à autodestruição. O animal racional, tendo extrapolado sua especificidade: a razão, erige sua deusa Razão, (re)torna-se um animal errante em uma terra devastada. E isso porque foi estabelecido este desejo desmedido, esta organização tecnocrática do desejo que, como ferramenta descontrolada, se voltou contra seu criador.

Mas são visíveis os sinais da inversão de um racionalismo abstrato em *razão sensível*. Esta última se baseia não mais na representação, mas na imaginação criadora, na qual a experiência unitiva encontra força e vigor

renovados. A natureza, desde então, não é mais um objeto inerte a representar e depois a explorar, mas sim uma *surrealidade* viva e orgânica. Estamos aqui no cerne da solidariedade orgânica própria da sensibilidade ecológica. Em suma, não um saber dominante, mecanicamente aplicado a uma realidade reduzida à sua porção racional, mas um conhecimento vindo de baixo, indutivo, organicamente ligado àquilo que descreve. O pensamento mecânico raciocina, o orgânico ressoa. Ou seja, ele participa da fala coletiva, daquilo que é *dito* na retórica da vida de todos os dias. Ao contrário das palavras ocas, encantatórias e vazias de sentido (o que com frequência substitui a análise), a *palavra* orgânica se emprega para unificar, reunir, sublinhar aquilo que se entrepertence, a vida no que tem de holístico.

Pode parecer surpreendente falar de organicidade ou de atitude holística, tudo coisa que remete à globalidade, à correspondência (em seu sentido místico ou baudelairiano: tudo “se responde”), enquanto tende a se exacerbar isso que se pode chamar de “*esquizofrenia* moderna”: ação de cortar, dividir, fatiar, dicotomizar os elementos da natureza para melhor analisá-los e dominá-los. A técnica, em seus aspectos perversos, que está ainda nas instituições oficiais, princípio e fim de toda vida social. A economia, igualmente, que permanece o vetor central da pilhagem ecológica. Não esqueçamos, no entanto, o que nos ensina a polemologia: os combates de retaguarda são os mais sangrentos. É quando se pressente que tudo está acabado que se faz mais carnificina. É talvez assim que convenha compreender a palavra do poeta: “Lá onde cresce o perigo, lá cresce, também, o que o salva” (Hölderlin).

A história das ideias mostra bem que é a anomalia que, com frequência, faz avançar a ciência. É igualmente o mesmo papel que tem a anomia para o devir societal. O que parece impossível é às vezes mais real que a realidade oficial. Há no *irreal* oficioso, ou seja, no imaginário coletivo, algo de *surreal*: fundamento do viver-junto em gestação. É assim que à *esquizofrenia* oficial responde, como um ruído de base, disse o ruído do mundo, o desejo de *inteireza*. Característica, se é que existe, da pós-modernidade. É assim que se pode compreender a estranha, persistente e difusa sensibilidade ecológica. Tudo parece, no totalitarismo econômico e financeiro, contradizê-la, e ela continua, todavia, teimosa, a se exprimir nas manifestações violentas ou na banalidade da vida diária.

É esta atitude *instituidora*, em estado nascente, que se pode qualificar de *holística*. Termo utilizado por Durkheim para designar o aspecto global da vida social. Termo retomado pelo *New Age* californiano para significar os processos de interação, correspondência, de *relacionismo* generalizado. É este aspecto holístico das coisas que acarreta um pensamento orgânico, o qual, além e

aquém das hierarquias, das separações ou das distinções habituais da sociologia estabelecida, se vincula a reconhecer as múltiplas e necessárias interatividades, ação-retroações da realidade global. Isso pode fazer sorrir os espíritos graves, um pouco duros, mas se é obrigado a reconhecer, cada vez mais, que o *todo é símbolo de antiga memória* reencontra uma vigorosa atualidade na *religação* mundial. O particular e o universal, o local e o global, ajustam-se nesta nova figura que é *glocal*. Um universal concreto de todo modo. Um enraizamento dinâmico em que a apetência das raízes figura lado a lado com uma *competência* técnica. No apogeu filosófico da modernidade, no século XXI que triunfa, Hegel anunciava o “ardil da razão” chegando a vencer qualquer coisa, fina ponta do universalismo do racionalismo dominante. No século XX, em um momento em que a modernidade declina, Lévi-Strauss fala justamente de “ardil da técnica”. Por isso, chama a atenção à dominação mundial de uma economia abstrata, de uma mercadorização generalizada do mundo.

Pode-se pensar, eis o que poderia ser a *ordem simbólica pós-moderna*, um *ardil da técnica* que curto-circuita a dominação tecnocrática. Uma técnica passando do mito progressista ao pensamento progressivo. Ponto de reversão no qual se exprimiriam a *sinergia do arcaico e do desenvolvimento tecnológico*. Ou seja, a Internet seria o lugar, graças aos *sites* comunitários, aos fóruns de discussão, aos múltiplos blogs e *home page*, em que se difundiriam os diversos saberes, os movimentos de rebelião, as reuniões espontâneas (*flashmob*), as trocas comerciais, eróticas, religiosas ou filosóficas.

Circumnavegação (Hugon, 2010) na qual o ardil técnico e a duplicidade existencial se aliam para criar uma socialidade alternativa à dominação tecnocrática. Pode-se exprimir esta alternativa através de uma metáfora topológica. No linearismo, figura da filosofia da história e emblema do progressismo moderno, opunha-se a circularidade, o retorno do mesmo, à forte conotação reacionária. Combate, senão pitoresco, ao menos tetânico, que opõe os seguidores de Karl Marx aos de Nietzsche. É tempo talvez de introduzir um terceiro termo nesta cena doméstica: nem a linha, nem o círculo, mas sim a espiral.

Espiralidade que, segundo Goethe, é atributo do mundo vegetal. Espiral que representa o elemento feminino, opondo-se à verticalidade masculina. Verticalidade que se pôde mostrar era símbolo da dominação sobre a natureza. É a esta que se opõe a espiralidade que segue os meandros das eflorescências naturais ou o labirinto do vivido. Espiral cuja forma artística seria o barroco, no qual os diversos elementos se interpenetram e são organicamente ligados. É isso mesmo que é o coração pulsante de uma ecosofia nascente!

Referências

ARIÈS, Philippe. **Un historien du dimanche**. Paris: Seuil, 1980.

HEIDEGGER, Martin. **Essais et Conférences**. Paris: Gallimard, 1958.

_____. **L’Affaire de la pensée**. Paris: Gallimard, 1990.

HUGON, Stéphane. **Circumnavigations. L’imaginaire du voyage dans l’expérience internet**. Paris: CNRS Éditions, 2010.

KELSEN, Hans. **La Démocratie, sa nature, sa valeur**. Paris: Dalloz, 1932.

MAFFESOLI, Michel. **Pour une sociologie de la vie quotidienne**. Paris: PUF, 1979.



Recebido em : 16/5/2016

Aceito em : 16/5/2016

Endereço do autor:

Michel Maffesoli <michel@maffesoli.org>

Université René Descartes Paris V. – Sorbonne

25, Rue des Saint-Pères

75006 – Paris – França